

O DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO VOLUNTÁRIA: DESAFIOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA

Fabiana Marçal Marques¹
Elvenice Tatiana Zoia²

RESUMO

O aumento de crianças com diagnósticos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem sido motivo de preocupações para os profissionais da educação e também da área da psicologia, devido ao seu impacto no processo de aprendizagem escolar. Diante disso, o objetivo deste artigo é discutir como ocorre o desenvolvimento da atenção voluntária na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, a qual se contrapõe à concepção biológica e naturalizante do desenvolvimento das capacidades humanas. O estudo, de natureza bibliográfica, inicialmente apresenta o desenvolvimento humano como resultado de um processo dialético e eminentemente social; na sequência diferencia atenção involuntária e atenção voluntária e como elas se desenvolvem; e por fim, problematiza sobre os desafios que se colocam à prática pedagógica na Educação Infantil, principalmente em relação ao papel do professor que historicamente tem como função a organização do trabalho educativo.

Palavras-chave: Atenção voluntária, Teoria Histórico-Cultural, Prática pedagógica, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O aumento expressivo de crianças diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na Educação Básica, principalmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental é motivo de preocupações para os profissionais das áreas da Educação e da Psicologia, pois muitas vezes faz-se uso do diagnóstico para justificar o fracasso escolar, atribuindo ao indivíduo toda a culpa e a responsabilidade pela não aprendizagem.

A existência de uma prática comum que rotula crianças como desatentas, inquietas, desorganizadas, preguiçosas, dentre outros qualificativos, na grande maioria, não é acompanhada de uma análise do contexto em que elas são educadas. Desse modo, aparentemente é mais fácil oferecer um “remedinho” para uma criança aquietar-se do que entender o contexto histórico, econômico, cultural, social e familiar em que ela está inserida.

Em nossa contemporaneidade, que tem como fenômeno a velocidade, o imediatismo e o pragmatismo, exigindo cada vez mais afazeres em uma quantidade menor de tempo,

¹Docente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Cascavel – PR. Pedagoga formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

²Docente do colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

inclusive das crianças, é quase desumano exigir que elas permaneçam atentas e quietas em uma sala de aula, reproduzindo e repetindo atividades. Os pais, por sua vez, também envolvidos na exigência de uma sociedade capitalista, enviam os seus filhos para escola já agitados, apressando-os, porque eles (os pais) também precisam cumprir horário no trabalho e não podem atrasar-se.

Diante dessa problemática, este trabalho tem como objetivo discutir como ocorre o desenvolvimento da atenção voluntária na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, a qual se contrapõe à concepção biológica e naturalizante do desenvolvimento das capacidades humanas.

METODOLOGIA

Este trabalho, de natureza bibliográfica, fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural. Inicialmente apresenta a concepção de desenvolvimento humano como resultado de um processo histórico e dialético. Na sequência, busca diferenciar a atenção involuntária da atenção voluntária e explicar como elas se desenvolvem; e, por fim, problematiza sobre os desafios que se colocam à prática pedagógica na Educação Infantil, principalmente em relação ao papel do professor que historicamente tem como função a organização do trabalho educativo.

A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO VOLUNTÁRIA

A perspectiva Histórico-Cultural contrapõe-se às abordagens naturalizantes e biológicas do desenvolvimento humano ao compreender a constituição das capacidades humanas, entre as quais, a atenção voluntária, o controle do comportamento e da impulsividade como resultado de um processo educativo.

De acordo com esta teoria, o homem é concebido como “[...] um ser de natureza *social*, que tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em *sociedade*, no seio da *cultura* criada pela humanidade” (LEONTIEV, 1978, p. 261). Nesse sentido,

[...] a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos

animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas a leis sócio-históricas (LEONTIEV, 1978, p. 262).

As crianças apropriam-se das riquezas da sociedade em que vivem pelo fato de elas chegarem em um mundo já repleto de fenômenos e objetos criados pelas gerações passadas e é na convivência e na relação com o meio e com os demais seres humanos que aprendem a usá-los.

Conforme Mukhina (1995), o ser humano nasce com as funções psíquicas elementares, ou seja, com as funções básicas para sobreviver; um nível primário que é movido por ações reflexas, tal qual a dos animais, ou seja, o instinto. Os bebês e as crianças pequenas são movidos por processos inteiramente biológicos, inatos, e a memória e a atenção são regidas de forma involuntária. Mas essas funções não são suficientes para viver em sociedade.

Para Vygotski (1996), a convivência e as relações sociais com o meio são o que provocam o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, ou seja, o desenvolvimento da atenção voluntária (também conhecida como atenção arbitrária), da capacidade de planejamento, da memória mediada, do raciocínio lógico, da linguagem, da volição (vontade) e do controle do nosso comportamento. Sendo assim,

As funções superiores, que são produto do desenvolvimento histórico do comportamento, surgem e se formam na idade de transição em direta dependência do meio, no processo de desenvolvimento sociocultural do adolescente. Não estruturam-se (sic) ao lado das funções elementares, como membros novos da mesma linha, nem tampouco por cima delas, como um nível cerebral superior por cima do inferior; se estruturam a (sic) medida que formam novas e complexas combinações das funções elementares mediante a aparição de sínteses complexas (VYGOTSKI, 1996, p. 118).

Nesta perspectiva, compreende-se que as funções psicológicas superiores são consolidadas somente na adolescência, porém com inteira dependência do meio sociocultural, o que representa uma grande responsabilidade de todos os envolvidos no processo educativo das novas gerações.

A teoria Histórico-Cultural, por sua vez, contribui para desmistificar a visão naturalizante do desenvolvimento psíquico, em especial da atenção voluntária, pois compreende que esta não nasce pronta, mas se constitui por meio da mediação, direcionamento e interação entre os sujeitos.

Nessa direção, Luria enriquece a discussão ao conceituar a atenção voluntária e seus mecanismos:

A seleção da informação necessária, o asseguramento dos programas seletivos de ação e a manutenção de um controle permanente sobre elas são convencionalmente chamadas de *atenção*. O caráter seletivo da atividade consciente, que é função da atenção, manifesta-se igualmente na nossa percepção, nos processos motores e no pensamento (LURIA, 1979, p.01).

Diante disso, percebe-se que a seletividade é necessária, pois quando destacamos as informações mais importantes, estamos organizando-as para uma melhor compreensão.

Ainda, segundo Luria (1979), há dois grupos de fatores que determinam a atenção: a primeira é a estrutura do campo exterior e a segunda, a estrutura do campo interior. Enquanto a primeira é constituída por estímulos exteriores que chegam ao homem, a segunda são assimilações feitas pelo próprio indivíduo a partir dos estímulos recebidos. O autor destaca ainda a importância de levar em conta esses fatores que determinam a atenção, para compreendê-la com embasamento científico.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Luria (1979), existem dois tipos de atenção: a voluntária (arbitrária) e a involuntária. A atenção involuntária é aquela que não podemos controlar, e é inerente ao ser humano desde o nascimento. Por exemplo, quando um bebê ouve um barulho de um chocalho, vira-se para olhar, ou seja, direciona a sua atenção ao som que está ouvindo, ao estímulo forte oferecido; inclusive os adultos, por conta desse tipo de atenção, quando ouvem a forte batida de uma porta, direcionam a atenção para o som sem se dar conta do processo.

Já, a atenção voluntária é um dos fatores que distingue o ser humano dos demais animais, haja vista que essa atenção pertence somente ao homem e é adquirida historicamente como resultado das interações e relações sociais da criança com o adulto. Por exemplo, quando ficamos prestando atenção em uma aula na escola, mesmo sem gostar muito, mas o fazemos por analisar o grau de importância que ela tem para o futuro de nossas vidas.

Em relação à manifestação da atenção involuntária, a mesma pode ser percebida nas primeiras semanas de vida. Luria (1979) afirma que os primeiros reflexos condicionados começam a formar-se no recém-nascido com base no reflexo orientado.

A princípio a atenção involuntária da criança dos primeiros meses de vida tem caráter de um simples reflexo orientado de estímulos fortes ou novos, de acompanhamento destes estímulos com o olhar, de 'reflexos de concentração' nestes. Só mais tarde a atenção involuntária da criança adquire formas mais complexas e à base dela começa a formar-se a atividade orientada de pesquisa em forma de manipulação dos objetos; nos primeiros tempos, porém, essa atividade orientada de pesquisa é muito instável, bastando aparecer outro objeto para cessar a manipulação do primeiro objeto. Isso mostra que no primeiro ano de vida da criança o reflexo

orientado da busca já tem caráter rapidamente esgotante, é facilmente inibido por influências de fora e ao mesmo tempo já apresenta os traços da ‘habituação’ que conhecemos, podendo extinguir-se com repetições longas. No entanto, o problema mais importante é o desenvolvimento das formas superiores da atenção arbitrariamente reguláveis. Essas formas de atenção se manifestam antes de tudo no surgimento de formas estáveis de subordinação do comportamento de instruções verbais do adulto que regulam a atenção e, bem mais tarde, na formação das formas estáveis da atenção arbitrária auto-reguladora (sic) da criança (LURIA, 1979, p. 30).

Portanto, podemos perceber que a atenção voluntária vai desenvolvendo-se por meio de estímulos. Entretanto, esses estímulos precisam estar relacionados com a atividade principal de cada etapa da vida da criança.

[...] O desenvolvimento da criança não é outra coisa que a permanente passagem de um degrau evolutivo a outro, passagem ligada à mudança e à estruturação da personalidade da criança. Estudar o desenvolvimento infantil significa estudar a passagem da criança de um degrau evolutivo a outro e a mudança de sua personalidade dentro de cada período evolutivo que tem lugar em condições histórico-sociais concretas. [...] o desenvolvimento da criança é um processo dialético no qual a passagem de um degrau a outro se realiza não por via de evolução paulatina, mas sim revolucionariamente (VIGOTSKI *apud* ELKONIN, 1987, p. 02).

Neste aspecto, Elkonin (1987)³ afirma que em cada período do desenvolvimento alguns tipos de atividades são dominantes em relação a outras, ou seja, conforme o período, determinada atividade é a que mais afeta e impulsiona o desenvolvimento psíquico, inclusive da atenção voluntária. Nesse sentido, ele diz que: “[...] cada estágio do desenvolvimento psíquico se caracteriza pela relação determinada, dominante na etapa dada, da criança com a realidade, por um tipo determinado, dominante de atividade” (ELKONIN, 1987, p. 05).

Ainda, segundo Elkonin (1987), no primeiro ano de vida da criança, a atividade dominante é a comunicação emocional direta; posteriormente vem a atividade objetal manipulatória, período em que a criança assimila os procedimentos de ação e a função social dos objetos. Já na idade pré-escolar⁴ a atividade dominante é a brincadeira de papéis sociais, considerada a mais desenvolvida.

Conforme expressa Mukhina (1995), o desenvolvimento da atenção voluntária ocorre por meio da atividade principal, que vai guiando este processo.

³ Texto intitulado: “Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância”. Traduzido em 1996, por Newton Duarte, para fins didáticos, do original *in* DAVIDOV, V. & SHUARE, M. – La Psicología Evolutiva y Pedagógica em la URSS (Antología). Editorial Progreso, Moscou, 1987, p. 104 – 124.

⁴ Esta etapa corresponde atualmente à faixa etária de 4 a 5 anos.

A atividade lúdica influencia a formação dos processos psíquicos. No jogo desenvolve-se a atenção ativa e a memória ativa da criança. Enquanto brinca, a criança se concentra melhor e lembra mais coisas do que nos experimentos de laboratório. O objetivo consciente da criança em concentrar-se e recordar manifesta-se sobretudo e da melhor forma no jogo. As próprias condições do jogo obrigam a criança a concentrar-se nos objetos presentes na situação lúdica, no conteúdo das ações e nos argumentos que interpreta. A criança que não acompanha com atenção a situação lúdica, que não lembra as regras do jogo, acaba sendo expulsa da brincadeira pelas demais. A necessidade de comunicação e os impulsos emocionais obrigam a criança a concentrar-se e memorizar. A situação e ação lúdica influenciam de maneira permanente a atividade mental do pré-escolar. [...] O jogo é o fator principal para introduzir a criança no mundo das ideias (MUKHINA, 1995, p. 164-165).

Na fase seguinte (escolar), a atividade de estudo é dominante, e o objeto principal é o conhecimento científico, passando posteriormente para a comunicação íntima pessoal (adolescência) e, na sequência, para a atividade profissional (adulto).

A partir da compreensão de que esses períodos não resultam da evolução biológica, mas das relações sócio-históricas dos sujeitos, é possível perceber como é extremamente importante direcionar um novo olhar para a criança. Vale ressaltar que estas atividades são dominantes, porém, não significa que são as únicas de cada etapa do desenvolvimento, pois outras atividades também são importantes.

O jogo não é a única atividade que influi no desenvolvimento psíquico da criança. A criança desenha, modela, constrói, recorta; todas essas atividades têm como propósito criar um produto, quer seja um desenho, uma colagem etc. Cada uma dessas atividades tem suas particularidades próprias, requer certas formas de ação e exerce sua influência específica no desenvolvimento da criança (MUKHINA, 1995, p. 167).

Por exemplo, na idade pré-escolar, a atividade principal é o jogo de papéis sociais, porém a manipulação de objetos novos como papel, tesoura, tinta, massa de modelar, dentre outros materiais, também contribuem para o desenvolvimento infantil e podem fazer parte desse jogo (MUKHINA, 1995).

Sob esse aspecto, no decorrer da infância, a criança vai fazendo distinções e sendo capaz de focar sua atenção em determinado objeto, mas é só na adolescência que pode controlar, de fato, a atenção, sendo, portanto, nessa última fase que ela (a atenção) completa-se integralmente. Assim, faz-se necessário a mediação, o direcionamento e a interação da criança com os adultos e com as demais crianças para que realmente se consolide esse processo de desenvolvimento.

DESAFIOS À PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante do exposto anteriormente, questionamos: como é possível exigir que uma criança que frequenta a Educação Infantil preste atenção em determinado assunto por muito tempo? Isso se torna preocupante, visto que as crianças necessitam, a todo momento, do auxílio de um adulto que as compreenda também como sujeitos históricos e em processo de desenvolvimento, mas, principalmente, que lhes ofereça condições para que o mesmo ocorra.

Em vista disso, compreende-se que o desenvolvimento da atenção voluntária é fundamental para a aprendizagem escolar. Nesse sentido, os futuros professores e os profissionais que já atuam com a Educação Infantil necessitam ser criativos, proporcionando atividades que direcionem a atenção da criança. Nessa perspectiva, o planejamento escolar requer critérios e antecedência, considerando sempre o período de desenvolvimento da criança bem como a atividade dominante que o impulsiona. Além disso, é importante que cada profissional compreenda a função social de seu trabalho, que é ensinar e cuja responsabilidade é exclusivamente sua.

Outrossim, compete ao professor criar na criança a necessidade de conhecer e de buscar novos aprendizados. Nesse sentido, Chaves *et al* (2014, p. 131) afirmam: sobre a necessidade do cuidado na seleção de procedimentos didáticos no processo de ensino. Assim, de acordo com esses autores,

[...] escolher as músicas, poesias e histórias que devam fazer parte da organização permanente dos trabalhos das escolas de Educação Infantil requer, antes da organização do trabalho pedagógico propriamente dito, estudos e decisões coletivas. Isto favorecerá a compreensão de que, em todo tempo, e, em todos os espaços, as unidades educativas devem estar repletas de coloridos e sons, em oposição às dezenas de instituições nas quais os brinquedos e outros recursos não são disponibilizados às crianças, a não ser em dias e horários em que estas são ‘autorizadas’ a brincar. Igual situação se repete com livros fora do alcance das crianças. Somando-se a isto, a organização do espaço que enfatiza a preparação da criança para os anos seguintes de escola, o que marca uma concepção de criança e educação que, como afirma Mello e Faria (2005), prioriza a antecipação da escolarização, e, com isto, se minimizam o tempo e o espaço das brincadeiras e aprendizagens coletivas (CHAVES *et al*, 2014, p. 132).

Dessa forma, é preciso, com base nos estudos da Teoria Histórico-Cultural, reafirmar a possibilidade e a importância de ações pedagógicas que visem desenvolver as funções psicológicas superiores, dentre as quais, a atenção voluntária, visto que não se trata de um

processo natural e alheio às influências do meio. Sobre isso, em consonância com o exposto no decorrer desse trabalho, Leite *et al* (2012) ratificam que

[...] o desenvolvimento da atenção como função psíquica superior na criança é um processo guiado pelo adulto, que demanda em princípio a mediação externa, aliada ao esforço subjetivo da criança necessário ao controle do comportamento impulsivo – esforço esse que ganha vida sob condições determinadas que devem ser organizadas pelo educador e pela escola, de modo particular, e pela vida social, de modo mais amplo. Para que isso se concretize no âmbito da escola, é preciso que o processo educativo seja intencional e conscientemente dirigido pelo professor, pautado no compromisso de transmissão do patrimônio cultural humano e tendo como horizonte a promoção do desenvolvimento psíquico das crianças em suas máximas possibilidades (LEITE *et al*, 2012, p.145).

Por conseguinte, diante da responsabilidade do adulto enquanto guia e organizador das condições para que a criança aprenda a direcionar a sua atenção, faz-se necessário cursos de formação para professores - seja essa formação inicial ou continuada - que possibilitem uma visão crítica, por meio de estudos profundos e discussões teórico-metodológicas fundamentados em teorias científicas que os capacitem a compreender a especificidade de cada criança e das necessidades de cada uma delas, a fim de desmistificar a visão biologizante e naturalizante do desenvolvimento humano. E há de convir que este é um grande desafio para todos os envolvidos com a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, enfatizamos que é muito importante compreender como a atenção voluntária vai constituindo-se em cada sujeito, por meio das relações que estabelece com o contexto histórico e social, para, assim, evitarmos diagnósticos antecipados e destituídos de base científica.

A partir desse estudo e das pesquisas realizadas, entendemos que antes de fazer o encaminhamento de uma criança para os profissionais da área da saúde, com hipótese de hiperatividade e/ou déficit de atenção, é necessário que ela vivencie situações que sejam potencializadoras de desenvolvimento, ou seja, a busca por ajuda profissional deve ocorrer exclusivamente depois que todas as possibilidades educativas estiverem esgotadas.

Partimos do pressuposto da Teoria Histórico-Cultural de que na Educação Infantil, as funções psíquicas superiores das crianças - a atenção voluntária, com destaque neste estudo - ainda não estão consolidadas. Portanto, algumas atitudes, tais como iniciar atividades ou

brincadeiras e não concluir, correr, pular, desviar o foco atencional constantemente, agir ou responder de forma impulsiva, não querer seguir comandos, entre outros, são comportamentos esperados para o referido período de desenvolvimento. Entretanto, a superação de tais comportamentos, o autocontrole, a atenção focada etc., não ocorrerão naturalmente, o que significa a necessidade de um método educativo que oriente e direcione esse processo.

Em vista disso, é indispensável que os profissionais da educação tenham consciência do seu papel social que é, entre outras coisas, principalmente o de ensinar. Portanto, para que isso se consolide é imprescindível que estejam comprometidos com a realidade social e cultural das crianças, buscando o seu pleno desenvolvimento e se contrapondo às práticas de medicalização da infância, tão presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

CHAVES, M.; GIROTTO, C. G. G. S.; LIMA, E. A.; TULESKI, S. C. **Teoria histórico-cultural e intervenções pedagógicas**: possibilidades e realizações do bom ensino. Santa Maria | v. 39 | n. 1 | p. 129-142 | jan./abr. 2014

ELKONIN, D. B. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. Traduzido em 1996, por Newton Duarte, para fins didáticos, do original *in* DAVIDOV, V. & SHUARE, M. – **La Psicología Evolutiva y Pedagógica em la URSS (Antologia)**. Editorial Progreso, Moscou, 1987, p. 104 124.

LEITE, H. A.; PASQUALINI, J.; EIDT, N.M.; TULESKI, S. C. A desatenção medicalizada: uma questão a ser enfrentada pela psicologia e educação. In: Sonia Shima Barroco; Nilza Sanches Tessaro Leonardo; Tânia dos Santos Alvarez da Silva. (Org.). **Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural**: em defesa da humanização do homem. 1. ed. Maringá: Eduem, 2012, v. 1, p. 139-166.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. Tradução: Claudia Berliner. – São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VYGOTSKI, L. S. **Paidología del adolescente**. Obras Escogidas. TOMO IV. Madri: Visor, 1996, p. 9 -248.